



PLANO DE ENSINO 2023/2

Disciplina:	202030401 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES I: GESTÃO JUDICIÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T02
Unidade:	ESAN - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS		
Professor(es):	Joseliza Alessandra Vanzela Turine, Alessandro Gustavo Souza Arruda		
Curso(s):	[20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional / [20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional / [20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional / [20203] Mestrado em Administração Pública em Rede Nacional		

1.Ementa :

Linha de pesquisa: Administração Pública e Organizações Disciplina dedicada temas específicos de Administração Pública e Organizações. Conteúdo variável, abrangendo aspectos complementares e relevantes para a formação global do estudante, com atenção à gestão em setores específicos e a assuntos emergentes e a assuntos de interesse local/regional, como: saúde, educação, ensino, esporte, infraestrutura, agricultura, habitação, entre outros.

2.Conteúdo Programático :

Organização e estrutura do Sistema Judiciário Brasileiro: estrutura e competência, tribunais superiores e suas atribuições, órgãos auxiliares da justiça.

Gestão Estratégica no judiciário: planejamento estratégico e sua aplicação, metas e indicadores de desempenho.

Governança, avaliação e monitoramento da gestão do judiciário: monitoramento e controle da gestão judiciária.

Tecnologia e inovação no judiciário: aplicação de tecnologias e transformação digital no contexto judiciário, desafios e impactos.

Gestão de pessoas no judiciário: políticas de seleção, capacitação e desenvolvimento de servidores. Liderança e gestão de equipes. Gestão do clima organizacional e motivação.

Perspectivas futuras e desafios para gestão do judiciário brasileiro: tendências e debates, cooperação interinstitucional e parcerias.

3.Objetivos :

Analisar a estrutura e a organização do Sistema Judiciário Brasileiro, capacitando o acadêmico a reconhecer diferentes instâncias, organismos e competências.

Promover a compreensão do planejamento no sistema judiciário e encadeá-lo às metas e indicadores de desempenho.

Analisar o papel da tecnologia e da inovação no contexto do judiciário, compreendendo as oportunidades e os desafios associados à aplicação destas modificações.

Desenvolver habilidades de gestão de pessoas no judiciário.

Fornecer ferramentas e métodos para avaliação de desempenho, eficiência e qualidade dos serviços judiciais.

4.Avaliação :

A avaliação do conteúdo programático terá 60% da nota atribuída à construção de um artigo (PAr) sobre um dos temas abordados (em grupo), incentivando a pesquisa e a escrita dos estudantes. Outros 30% desta nota serão destinados aos seminários de discussão (PSem), promovendo a apresentação e o debate dos trabalhos. Para completar, 10% da nota será atribuída à participação em sala de aula (Par), valorizando a presença e o engajamento dos alunos no debate. Esta abordagem visa desenvolver habilidades acadêmicas, aprofundar os conhecimentos e estimular a participação ativa dos alunos durante a disciplina.

5.Metodologia :

A metodologia pensada para a disciplina combina a exposição do professor, a discussão e debates dos alunos e a apresentação de artigos relacionados ao tema da aula. Busca-se o engajamento dos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais ativa, reflexiva e baseada em evidências. Além disso, o ciclo de exposição, discussão, fechamento de conceitos e apresentação de artigos proporcionaria uma progressão contínua do conhecimento, permitindo uma visão mais ampla e aprofundada dos temas tratados na disciplina. As aulas seguiriam por algumas dinâmicas. Inicialmente, o professor apresentaria o tema da aula, fornecendo uma visão



PLANO DE ENSINO 2023/2

Disciplina:	202030401 TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ORGANIZAÇÕES I: GESTÃO JUDICIÁRIA	C.H: 60 horas	Turma: T02
--------------------	---	----------------------	-------------------

geral e os principais conceitos relacionados à gestão do judiciário brasileiro. Nessa fase, seriam abordados os fundamentos teóricos, marcos legais, práticas e desafios pertinentes ao tema. Após a exposição do professor, seria aberto um espaço para discussão e debates entre os alunos. Eles poderiam compartilhar suas opiniões, fazer perguntas, trazer exemplos práticos e explorar questões relevantes relacionadas ao tema apresentado. O professor atuaria como facilitador, estimulando a participação e fornecendo orientações quando necessário. Após a discussão e debates, o professor faria um fechamento dos conceitos abordados, recapitulando os pontos-chave, destacando as conclusões alcançadas e fornecendo uma síntese do debate. Essa etapa seria importante para consolidar o aprendizado e fornecer uma visão mais clara dos conceitos discutidos.

Na aula seguinte, os alunos teriam a oportunidade de apresentar artigos relacionados aos temas discutidos anteriormente. Eles poderiam pesquisar e selecionar artigos científicos, estudos de caso ou outros materiais relevantes que aprofundem o entendimento dos assuntos tratados. Em cada encontro com esta característica, 3 alunos seriam selecionados e teriam um tempo designado para apresentar o artigo, compartilhar suas análises e contribuir para a discussão em sala de aula. Ao final os professores farão seus fechamentos.

6. Bibliografia :

Mendes, Gilmar. A organização do poder judiciário Brasileiro.

Mendes, Gilmar. Evolução Recente do Sistema Judiciário Brasileiro.

Mendes, Gilmar. O papel do Senado Federal no controle federal de constitucionalidade: Um caso clássico de mutação constitucional. Revista de Informação Legislativa, Brasília, v. 45, n. 179, jul./set., 2008.

SADEK, M. T. A organização do poder judiciário no Brasil. in: SADEK, MT., (org.) Uma introdução ao estudo da justiça [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. ISBN: 978-85-7982-032-8.

COMPARATO, F. K. O poder judiciário no Brasil. Revista Estudos Institucionais, v. 2, n. 1, 2016.

CHAEER, A. C. L.; AZEVEDO, J. S. F.; BONIFÁCIO, I. G. Projeto de Gestão Estratégica do Poder Judiciário do Brasil. II Congresso Consad de Gestão Pública.

SENA, G. A.; SILVA, E. A.; LUQUINI, R. A. A reforma do poder judiciário no Brasil: uma análise a partir do modelo gerencial. Revista de Ciências de Administração. v. 14, n. 33, p. 68 - 78., ago., 2012.

GUEDES, K. P.; SOUZA JR, C. V. N.; CUNHA, G. H. M. A eficiência do Poder Judiciário no Distrito Federal: um estudo de caso usando a análise envoltória de dados. Hegemonia, UNIEURO, Brasília, n. 30, 2020, pp. 12-48.

PICORELLI, F. E. O poder judiciário entre eficácia e eficiência. Revista de Direito Brasileira, ano 3, v. 6, set-dez, 2013.

NOGUEIRA, J. M. M.; OLIVEIRA, K. M. M.; VASCONCELOS, A. P.; OLIVEIRA, L. G. L. Estudo exploratório da eficiência dos Tribunais de Justiça estaduais brasileiros usando a Análise Envoltória de Dados (DEA). Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, n. 46, v. 5, p.317-340, set./out., 2012.

AKUTSU, L.; GUIMARÃES, T. A. Dimensões da Governança Judicial e sua aplicação ao Sistema Judicial Brasileiro. Revista de Direito, n. 8, v. 1, p. 183 - 202, 2012.

SILVA, S. B. Governança no Poder Judiciário: uma análise comparativa entre indicadores. Brasília - DF. 2023. Dissertação (mestrado).

SCHAEFER, F. Informática e Organização do Poder Judiciário. Revista Gestão & Conhecimento, v. 3, n.2, jul./dez., p. 12 - 24, 2005.

Aprovado em 01/08/23